

13ª Questão: Discorra a respeito do conteúdo e da amplitude das decisões prolatadas em sede de mandado de injunção à luz da jurisprudência hodierna-prevalente do Supremo Tribunal Federal. (6,0 pontos)

14ª Questão: Disserte sobre a eficácia transcendente dos motivos determinantes das decisões proferidas no âmbito do controle normativo abstrato de constitucionalidade. (6,0 pontos)

15ª Questão: Astrogildo, proprietário de um veículo marca CENTRIUM, ano 1982, após o devido pagamento da respectiva taxa, comparece a um dos postos do DETRAN de seu Estado para a realização da vistoria com o fim de obter o licenciamento anual de seu veículo automotor. Verificadas somente as condições de segurança do veículo, o funcionário da autarquia autoriza então, de forma negligente, a emissão do respectivo Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo. Passados alguns dias da realização da vistoria, Astrogildo é autuado pela autoridade competente por trafegar com veículo emitindo gases poluentes em níveis superiores aos fixados pelo CONTRAN, infração prevista no art. 231, III da Lei 9503-97. Diante da hipótese narrada, indique: (6,0 pontos)

- a) A natureza jurídica da atividade estatal executada pelo DETRAN;
- b) A eventual medida judicial cabível e os respectivos fundamentos, para defesa dos interesses de Astrogildo.

16ª Questão: A CEDAE, sociedade de economia mista, é condenada ao pagamento de uma vultosa quantia em ação de cobrança. No juízo da execução, a constrição judicial recaiu sobre adutora do Rio Guandu. Tendo em vista a natureza da respectiva pessoa jurídica e o interesse creditício de terceiros, discorra, fundamentadamente, sobre a questão. (6,0 pontos)

17ª Questão: Marcos, hoje com 5 anos de idade, fruto de união estável entre João e Maria, fora registrado pelo

- 13 - Mandado de Injunção - Já recomendei a lei - Para aprofundar -
<https://www.dizerodireito.com.br/2016/06/primeiros-comentarios-lei-133002016-lei.html>
- 14 - <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/08/27/teoria-da-transcendencia-dos-motivos-determinantes-vs-abstrativizacao-controle-difuso/>
- 15 - DETRAN é autarquia que exerce poder de polícia. Princípio da confiança.
- 16 - É inconstitucional determinação judicial que decreta a constrição de bens de sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos em regime não concorrencial.

2ª QUESTÃO: (20 pontos) Maria José, pessoa muito pobre, é pensionista e não tem meios para pagar plano de saúde privado. Após exames feitos em um hospital integrante da rede pública de saúde do Município em que reside, Maria José recebeu diagnóstico de neoplasia maligna. Seu médico assistente – funcionário público do mesmo Município – prescreveu o uso de dois medicamentos, os quais, dependendo da evolução do quadro clínico da paciente, poderiam ser substituídos por outros. Com o receituário em mãos, Maria José solicitou administrativamente à Secretaria Municipal de Saúde o fornecimento dos medicamentos. Dois dias depois retornou à repartição e foi informada por uma atendente que a solicitação fora indeferida, haja vista que os medicamentos seriam de natureza excepcional e a incumbência de fornecê-los tocava ao Estado do Rio de Janeiro, de vez que a obrigação dos municípios limitar-se-ia à dispensação de remédios essenciais e de uso geral constantes da listagem do RENAME (Relação Nacional de Medicamentos Essenciais).

Como se tratasse de medicamentos muito caros, Maria José, patrocinada pela Defensoria Pública, ajuizou demanda em face do Município requerendo o seguinte: **a)** o deferimento do direito à gratuidade de justiça; **b)** a antecipação *in limine* dos efeitos da tutela de mérito para obrigar o réu a fornecer os remédios prescritos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de pagamento multa diária de R\$ 100,00 (cem reais); **c)** a procedência do pedido para que, confirmada a liminar de mérito, fosse o réu condenado a fornecer os medicamentos pleiteados e bem assim aqueles que viessem a ser prescritos por seu médico assistente no curso da lide, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de pagamento multa diária de R\$ 100,00 (cem reais); **d)** em caso de descumprimento da decisão, e sem prejuízo da penalidade pecuniária arbitrada, fosse

determinada a apreensão em contas bancárias do réu do valor necessário à compra dos medicamentos em farmácias ou drogarias, mediante prévia apresentação de orçamentos e subsequente prestação de contas; **e)** a condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios em favor do CEJUR/DPGE.

O juiz concedeu a gratuidade de justiça e deferiu a liminar nos moldes postulados.

O réu apresentou contestação tempestiva, alegando o que se segue: **a)** impugnação ao exercício do direito à gratuidade de justiça, a título de matéria preliminar, porquanto a autora teria condições de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento; **b)** preliminarmente, ainda, a inépcia da petição inicial, tendo em vista a formulação de pedido genérico, em afronta aos artigos 286 e 460 do Código Processual; **c)** pedido de reconsideração da decisão liminar, face à vedação ao deferimento de tutela antecipada *inaudita altera pars* preconizada pelos artigos 1º., *caput*, da Lei nº. 9.494/1997 e 1º., *caput* e § 3º., da Lei nº. 8.437/1992; **d)** chamamento ao processo do Estado do Rio de Janeiro e da União, já que os entes federativos são solidariamente responsáveis pela obrigação de prestação unificada de saúde, com o conseqüente declínio de competência para a Justiça Federal; **e)** a pretensão violaria o princípio da reserva do possível; **f)** a medida subsidiária de apreensão de recursos da municipalidade para aquisição de remédios seria incompatível com o princípio da independência e separação dos poderes; **g)** a condenação do Município ao pagamento de honorários advocatícios ao CEJUR/DPGE caracterizaria o instituto obrigacional da confusão, pelo que deveria ser afastado em caso de procedência do pedido.

Autos com vista à Defensoria Pública. Pronuncie-se justificadamente (sem redigir a peça processual).

2) Marisa, mãe de Daniela, que conta com 2 anos, procura a Defensoria Pública narrando que trabalha como atendente de balcão em uma padaria, auferindo o piso regional pago à categoria. Marisa deseja que sua filha Daniela estude em uma das creches municipais próximas à residência familiar, já que não há pessoa que possa tomar conta da criança quando se ausenta para trabalhar. Informou que procurou a Secretaria Municipal de Educação, entretanto, informaram-lhe que não havia vagas disponíveis para matrícula de sua filha. O Defensor Público oficiou à referida Secretaria para colher informações sobre o caso, tendo obtido resposta escrita confirmando as

2

109

Scanned by CamScanner

narrações da mãe e justificando inexistir orçamento disponível para custeio da despesa. Na qualidade de Defensor(a) Público(a), indique o instrumento processual adequado para tutelar eventual pretensão de Daniela, apresentando sinteticamente os fundamentos jurídicos da pretensão. (6 pontos)

3) Quais os limites da liberdade de informação e, caso conflite com o direito ao esquecimento, qual deve prevalecer? (6 pontos)

3 - <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=460414&ori=1>

2 -

[TJ-RJ - AGRAVO DE INSTRUMENTO AI 00445144320178190000 RIO DE JANEIRO CAMPOS DOS GOYTACAZES VARA INF JUV E IDOSO \(TJ-RJ\)](#)

Jurisprudência • Data de publicação: 02/02/2018

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE . DISPONIBILIZAÇÃO DE **VAGA** À CRIANÇA DE 03 (TRES) ANOS DE IDADE EM **CRECHE** PRÓXIMA À SUA RESIDÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 54 , V DO ECA . DEVER ESTATAL DE OFERECER **VAGAS** SUFICIENTES ÀS CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS DE IDADE. PRECEDENTES DO STF, STJ E DESTE TRIBUNAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS NA SEGUNDA INSTÂNCIA PELA PROCURADORIA DE JUSTIÇA QUE DEMONSTRARAM A EXISTÊNCIA DE GRANDE DIFERENÇA DE **DISTÂNCIA** E TEMPO PARA DESLOCAMENTO ENTRE AS **CRECHES** ENVOLVIDAS E A RESIDÊNCIA DA INFANTE. INDUBITAVELMENTE, O DIREITO DO ALUNO DE ESTUDAR EM ESCOLA PRÓXIMA A SUA RESIDÊNCIA, OBJETIVA EVITAR O DESLOCAMENTO DE LONGAS **DISTÂNCIAS**. PRESENTES OS PRESSUPOSTOS PREVISTOS NO ART. 300 DO NCPC , IMPONDO-SE O DEFERIMENTO DA TRANSFERÊNCIA PLEITEADA PELA RECORRENTE. PROVIMENTO DO RECURSO